



CONFIGURAÇÕES DA EDUCAÇÃO SOCIAL E DA PEDAGOGIA SOCIAL NO CONTEXTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS EDUCADORES SOCIAIS DO PPCAAM DO ESTADO DO PARANÁ

Tiago Marques do Carmo ¹
Paola Andressa Scortegagna ²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo caracterizar a prática pedagógica dos Educadores Sociais no contexto do Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, no âmbito do Estado do Paraná. A motivação pela temática permeia a trajetória profissional do pesquisador, que desempenha a função de Educador Social da Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa e, durante sua trajetória, teve contato direto com situações que envolveram a intervenção do respectivo programa. O PPCAAM é um programa nacional, atuando descentralizadamente, por meio de convênio entre o Governo Federal, Estados e organizações da sociedade civil, pela garantia do direito à vida das crianças e adolescentes ameaçados de morte. Dentro da perspectiva que a prática desempenhada pelo Educador Social tem caráter pedagógico, apesar de sua vinculação estar direcionada, majoritariamente, ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o entendimento do seu exercício profissional nos espaços não escolares, a partir da ótica destes sujeitos, contribuirá para análise dos estudos acerca de sua intervenção na realidade das crianças, adolescentes e/ou suas famílias. O procedimento investigativo tem natureza qualitativa e exploratória, consistindo na aplicação de entrevista semiestruturada junto aos Educadores Sociais para levantamento de informações relacionadas ao exercício profissional destes sujeitos de pesquisa, referente à temática em questão, proporcionando olhar ampliado sobre as questões elencadas. O processo pedagógico, enquanto estratégia de transformação da realidade é dado como eixo central de elaboração da pesquisa, considerando o crescimento da violência letal contra crianças e adolescentes, conforme demonstram estudos realizados por organizações internacionais apresentados no procedimento investigativo.

Palavras-chave: Educação Social, Pedagogia Social, Letalidade Juvenil, PPCAAM.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é motivada pela experiência profissional do acadêmico, que desempenhou a função de Educador Social na Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa - FASPG, no período de 2010 ao primeiro semestre de 2023, apresentando contato direto com situações encaminhadas pelo respectivo programa, compreendendo as particularidades presentes na realidade dos profissionais em relação ao público atendido.

¹ Graduado pelo Curso de Bacharelado em Serviço Social e Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social – NUPEPES/UEPG. E-mail: tiagomarquesdocarmo@gmail.com;
² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Professora da UEPG. Líder do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social – NUPEPES/UEPG. paola_scortegagna@hotmail.com;



O Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM³ é caracterizado como estratégia governamental existente desde 2003, no sentido de enfrentamento aos crescentes números de homicídios envolvendo crianças, adolescentes e jovens em todo o território brasileiro, porém, somente operacionalizada posteriormente, por meio do Decreto Federal nº 6.231, de 11 de outubro de 2007, atualmente revogado pelo Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018. (BRASIL, 2018).

O crescimento da violência letal contra crianças e adolescentes emerge a necessidade da adoção de estratégias de fortalecimento de políticas de atendimento à tais demanda, que se tornam cada vez mais evidentes, conforme fatores expressos no documento analítico PANORAMA DA VIOLÊNCIA LETAL E SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL, organizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. No respectivo documento foram identificadas 34.918 mortes violentas intencionais, entre o período de 2016 a 2020, referente aos indivíduos entre 0 anos à 19 anos. (UNICEF; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

A partir do entendimento que as práticas pedagógicas desempenham papel essencial na superação de todas as formas de violações de direitos humanos, principalmente na realidade de situação de risco social, onde apresentam situações extremamente complexas, o Educador Social, profissional da Educação Social, ocupa papel significativo nesse processo emancipatório.

De acordo com Paiva (2011, p. 29) a “prática pedagógica da Pedagogia Social que se transforma num instrumento de promoção, libertação pessoal e comunitária, contribuindo para construção de um mundo mais justo” desempenha papel fundamental na promoção, defesa e garantia dos seus direitos, enquanto ser humano, propiciando ao indivíduo compreensão quanto ao contexto em que está inserido.

O documento norteador PPCAAM – Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, elaborado pela Presidência da República e pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, expressa que o Educador Social está inserido como integrante da equipe multiprofissional básica, que deverão desenvolver ações direcionadas ao atendimento e/ou acompanhamento das percepções de vida, de curto a longo prazo:

³ No âmbito do Estado do Paraná, a partir do Decreto Estadual nº 6.489, de 16 de março de 2010 foi instituído o PPCAAM, em nível estadual, coordenado por órgão gestor, de caráter deliberativo e permanente, composto por representações da sociedade civil e do poder público. (PARANA, 2010).



Por conseguinte, as equipes técnicas, dentro de suas respectivas áreas, realizam o acompanhamento dos casos desde a solicitação, entrevista de avaliação, trajetória na rede de proteção até o seu desligamento, utilizando-se dos instrumentos metodológicos do Programa. Atuam na orientação dos usuários na construção de perspectivas futuras de vida, a partir da nova realidade estabelecida (BRASIL, 2010, p. 68).

As ações desempenhadas pelos trabalhadores da Educação Social se referem às dinâmicas existentes nos espaços não escolares, em oposição ao modelo escolarizado, que está relacionado as questões diferentes daquelas abordadas em sala de aula e do processo de escolarização. Nessa perspectiva, tais trabalhadores tem por finalidade a promoção, defesa e garantia dos direitos sociais, em diversos espaços de atuação interventiva, proporcionando uma ótica ampla quanto a convivência social e comunitária.

De acordo com Freire (2012, p. 95) existe uma relevante dualidade na convivência entre educandos e educadores e, por meio do diálogo, enfatizando o papel ocupado por ambos quanto à transferência de diversas formas de saberes, não centralizando na figura do educador a respectiva tarefa, rompendo com a relação hierárquica usualmente presente nos ambientes escolares, promovendo outras concepções quanto a troca de conhecimentos.

Cabe, ainda destacar que, a pesquisa apresenta vínculo com o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa – NUPEPES/UEPG, onde o acadêmico em questão realizou publicações e participações em eventos científicos relacionados à temática.

METODOLOGIA

O presente procedimento investigativo apresenta natureza qualitativa e exploratória, sendo empregada a metodologia de Levantamento Bibliográfico e Revisão de Literatura como estrutura inicial do procedimento investigativo, considerando que, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 225) nenhum estudo científico é iniciado do nada, existindo elementos presentes em alguns modelos de pesquisa que contenham dados similares e/ou suplementares.

O papel do referencial bibliográfico consiste na utilização de livros e periódicos nacionais e internacionais, referente à temática da Educação Social e da Pedagogia Social, no sentido de ampliar informações quanto ao campo de conhecimento, que apresenta ampla dicotomia na realidade do Educador Social no Brasil.

Acerca da análise documental foram solicitados dados referentes a letalidade infantojuvenil, objeto de trabalho do PPCAAM, para que houvesse entendimento do panorama existente no Estado do Paraná à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, por meio do Centro de Análise, Planejamento e Estatísticas disponibilizou o



Relatório Estatístico referente à Violência Letal contra Crianças e Adolescentes do Estado do Paraná – biênio 2020 a 2022.

O segundo semestre da pesquisa contou com a aplicação de formulário semiestruturado, envolvendo perguntas abertas e fechadas, aplicadas às Educadoras Sociais do PPCAAM, por meio da plataforma GOOGLE FORM. A aplicação da entrevista ocorreu de forma presencial, em local específico, determinado pela coordenação do programa, considerando os critérios de sigilo e proteção, possibilitando que as entrevistadas possam sanar eventuais dúvidas e realizar esclarecimentos necessários.

Referente ao emprego da metodologia analítica de Análise de Conteúdo foram coletadas as informações, separadas por grupos e analisadas, buscando a identificação de aspectos pertinentes a realidade vivenciada pelas Educadoras Sociais, sendo organizadas através dos seguintes itens: a) dados pessoais; b) identidade e prática profissional; c) educação permanente; d) desafios e perspectivas da Educação Social.

Destacamos, ainda que, o presente procedimento investigativo cumpriu todos os requisitos éticos, propostos pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEPE.

REFERENCIAL TEÓRICO

No tocante à abordagem conceitual acerca da Educação Social e Pedagogia Social, o reconhecimento da dimensão pedagógica, em seus vários formatos e definições é afirmado por Brandão (1995, p. 9), destacando que não é representado por modelo previamente definido, tampouco corresponde a determinados espaços ou educadores específicos, contrariamente daquele preconizado no contexto escolar, que o profissional responsável pelo desempenho da prática educativa é o professor, enquanto, que na Educação Social seria o Educador Social.

De acordo com Aranha (2006, p. 210), no contexto das práticas pedagógicas presentes no século XIX, existem diversos educadores com diferentes formas de pensamento acerca da Educação, sendo que a trajetória do pedagogo suíço Johan Heinrich Pestalozzi ocupa relevante referencial na promoção da educação escolar para as classes populares, analisando a partir de sua perspectiva social, devendo existir uma formação de natureza completa e não apenas dedicada à simples instrução.

Importante ressaltar a experiência das práticas pedagógicas nos estudos europeus, junto aos ambientes não escolares, onde a Pedagogia Social tem sido constituída como campo de conhecimento científico, proporcionando seu reconhecimento, enquanto ciência que fundamenta o exercício prático da Educação Social. O amplo referencial bibliográfico, por parte



de pesquisadores vinculados aos países da Alemanha, Espanha, Portugal, Itália, dentre outros, apresentam contribuições significativas para sua expansão no contexto internacional.

Díaz (2006, p. 92) afirma que a Pedagogia Social é reconhecida como campo científico, com intencionalidade pedagógica e de natureza voltada para a prática, orientada para a Educação Social, dentro da perspectiva socializadora, atuando pela ótica regulamentadora, envolvendo situações específicas ou questões pertinentes às práticas educativas direcionadas aos trabalhos sociais com indivíduos em situações conflitantes ou vulneráveis.

De acordo com Ribas Machado (2010, p. 94) a realidade brasileira contemplou o desenvolvimento na área da Educação Social e da Pedagogia Social posteriormente, motivada pelo recorrente uso da abordagem da Educação Popular, mobilizada por Paulo Freire, promovendo ações em várias organizações populares, integrantes dos movimentos de desenvolvimento com comunidades, na década de 1960. Dentro das experiências atreladas aos ambientes não escolares, suas atividades ocorreram, majoritariamente, com crianças e adolescentes, historicamente desprotegidas pelo Estado.

A partir da criação dos Movimentos de Educação de Base – MEB, na década de 1960, a Educação Popular teve papel essencial nas ações realizadas nos espaços não escolares que, segundo Ammann (1992, p. 93), estava fundamentada dentro da “visão dialética da história, segundo a qual a sociedade é constituída por um conjunto de forças em desequilíbrio, uma realidade dinâmica [...] campo de contradições e antagonismos”, não pertencendo à unicidade elementar, mas consiste em várias realidades vivenciadas.

No processo de estruturação da nova constituição federal brasileira, a participação do MNMMR foi fundamental, proposta posteriormente ao encerramento do governo ditatorial brasileiro, no exercício anual de 1987, onde a Assembleia Nacional Constituinte foi instituída, ampliando a participação popular nos espaços sociopolíticos que, anteriormente, eram reprimidos pela ditadura militar.

A participação efetiva do Educador Social somente ganha força posteriormente à publicação da Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), decorrente das deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, ratificando a função como pertencente à composição de equipe de trabalho dos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. (BRASIL, 2014).

Apesar deste trabalhador estar situado no âmbito do SUAS, em decorrência do desempenho sociohistoricocultural em ambientes que apresentam indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, é importante deixar claro que sua prática ocupa



perspectiva pedagógica e emancipadora, devendo estar atrelada ao sujeito, e não ao lócus, direcionando seu olhar para as particularidades de cada indivíduo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira etapa do procedimento investigativo esteve relacionado ao levantamento de referencial bibliográfico e análise documental, referente a respectiva temática, analisando o contexto do atendimento da Educação Social e da Pedagogia Social, enquanto que a segunda etapa abrangeu elementos do relatório parcial, envolvendo o procedimento de organização da aplicação da entrevista e enviados diretamente as entrevistadas, no horário e local específico acordado com a coordenação.

As entrevistas foram aplicadas às 02 (duas) Educadoras Sociais que atuam no programa, sendo identificadas na pesquisa por meio do critério de maior tempo de experiência na área, considerando que a Educadora A apresenta 20 anos de experiência na área e, deste período, 07 anos junto ao respectivo programa, enquanto que a Educadora B descreveu que seu tempo total de atuação é de 02 anos junto ao PPCAAM.

No momento que as entrevistadas foram indagadas acerca de sua principal motivação para atuação na área, demonstraram que o interesse principal esteve relacionado à área da infância e da adolescência. Referente ao histórico de experiências práticas com situações de risco e/ou ameaças de morte, apenas a Educadora B demonstrou ter vínculos de caráter administrativo, enquanto a outra não apresentava históricos anteriores..

De acordo com Paiva (2011, p. 62), o Educador Social deverá compreender a educação como “ato político”, “intencional”, não sendo algo a ser negociado, apresentando o diálogo como característica necessária para o exercício da categoria profissional. A associação que tais elementos constituem estruturas basilares para a identidade das Educadoras Sociais, conforme apontado pelo relato das mesmas, demonstraram desejo em estarem envolvidas com realidades que envolvam crianças e adolescentes e, nesse caso, aquelas que estão em situação de risco e/ou letalidade infantojuvenil, é claramente observada nessa relação entre conhecimento teórico e prática laboral.

As entrevistadas compreendem a dimensão pedagógica presente em seu exercício laboral, considerando que a Educadora A afirma que as “atividades voltadas para áreas da vida cotidiano, transformação social e autonomia para o indivíduo”, enquanto que a educadora B ressalta que a “natureza educativa se dá quando auxiliamos e orientamos na busca e garantia de direitos, trabalhamos a autonomia e cidadania do protegido”.



A relação dicotômica entre os conceitos presentes na dimensão educativa e pedagógica é algo extremamente relevante no exercício profissional, apresentando relações próximas entre tais terminologias que, em determinados momentos, poderão ser compreendidos como idênticas ou similares, entretanto, apresentam determinadas distinções:

É comum considerar que práticas pedagógicas e práticas educativas sejam termos sinônimos e, portanto, unívocos. No entanto, quando se fala de práticas educativas, faz-se referência a práticas que ocorrem para a concretização de processos educacionais, ao passo que as práticas pedagógicas se referem a práticas sociais que são exercidas com a finalidade de concretizar processos pedagógicos (FRANCO, 2016, p. 536).

A partir do raciocínio da autora supracitada, é evidente a diferença entre ambas práticas e seu pertencimento com os respectivos espaços de atuação dos educadores, considerando que as práticas educativas estão relacionadas, especificamente, aos ambientes escolares, vinculadas ao processo de escolarização, enquanto, que as práticas pedagógicas estão atreladas aos espaços em ambientes não escolares.

O desempenho das ações realizadas pelas Educadoras Sociais apresentam percepções de mundo cerceada pelas limitações impostas socialmente, representando a abordagem realizada por Freire (1967, p. 4) onde reflete sobre a prática de liberdade relacionada como representação da estrutura basilar presente na vivência dos educandos, estando vinculada ao envolvimento espontâneo e indagador destes indivíduos.

Devido à complexidade do trabalho desenvolvido, as entrevistadas foram indagadas quanto às contribuições de suas práticas na realidade dos indivíduos e/ou famílias que estão sendo acompanhadas pelo programa, onde ambas afirmaram que desempenham atividades significativas no cotidiano destes sujeitos e suas famílias.

Segundo Loureiro e Casteleiro (2009, p. 89) os Educadores Sociais devem apresentar capacidade de estarem vinculados em diversos contextos da sociedade, colaborando com saberes na área da educação e representando a matriz pedagógica, tendo em vista a existência dos diversos serviços, programas e/ou projetos que estão inseridos e que contém o envolvimento de outras categorias profissionais.

Outro elemento indagado esteve relacionado à natureza do trabalho envolvendo situações de letalidade infantojuvenil e ameaça à integridade física das Educadoras Sociais, sendo afirmado por ambas que nunca houveram fatos dessa natureza, considerando, inclusive, que o PPCAAM apresenta especificações claras quanto às normas de segurança.



Em relação às principais atividades desempenhadas pelas Educadoras Sociais no cotidiano laboral foram salientadas algumas ações que são desenvolvidas, onde foram separadas de acordo com os eixos de intervenção/dimensões que estão inseridas:

QUADRO 01: Principais atribuições desempenhadas pelas Educadoras Sociais do PPCAAM

EIXOS	EDUCADORA A	EDUCADORA B
Dimensão Educativa	-Realizar visita aos espaços para articulação com cursos de profissionalização, contra turnos e rede de educação; -Elaborar atividades extracurriculares para que a famílias atendidas possam ser inseridas.	-Buscar vagas escolares em espaços escolares; -Realizar atividades recreativas e culturais
Dimensão multiprofissional/ intersetorial	-Acompanhar no atendimento pontual com as famílias (visita, entrega de atividades, acompanhamento em rede de saúde, rede de proteção e educação, quando necessário).	-Desenvolver atividades de rede, no sentido do resgate e garantia dos direitos; -Realizar inclusão na rede de atendimento.
Dimensão Planejamento	Planejar, conjuntamente com a equipe, atividades de intervenção, conforme a situação	
Dimensão socioeducativa	-Acompanhar atividades de lazer e visitas familiares; -Acompanhar as famílias atendidas nos espaços de articulação.	-Realizar atividades de reinserção social; -Orientar indivíduos e/ou família quanto a organização pessoal, financeira ou acerca do ambiente; -Acompanhar indivíduos e/ou famílias inseridas no programa.

Fonte: Dados da Pesquisa (2023), organizado pelo autor.

As informações descritas pelas Educadoras Sociais expressam suas atribuições no atendimento ao público acompanhado pelo programa, seja dentro do processo de escolarização destes indivíduos que também deverá ser encaminhado aos estabelecimentos oficiais de ensino, em determinadas situações. Dentro da dimensão pedagógica, as trabalhadoras também ressaltam a necessidade do diálogo interdisciplinar com demais políticas públicas setoriais e outras organizações da sociedade civil.

Só haverá interdisciplinaridade no trabalho e na postura do educador se ele for capaz de partilhar o domínio do saber, se tiver a coragem necessária para abandonar o conforto da linguagem estritamente técnica e aventurar-se num domínio que é de todos e de que, portanto, ninguém é proprietário exclusivo. Não se trata de defender que, com a interdisciplinaridade, se alcançaria uma forma de anular o poder que todo saber implica (o que equivaleria a cair na utopia beata do sábio sem poder), mas de acreditar na possibilidade de partilhar o poder que se tem, ou melhor, de desejar partilhá-lo (THIESEN, 2008, p. 552).

O diálogo, enquanto ferramenta e estratégia de trabalho entre as Educadoras Sociais e o público atendido, permite que haja entendimento amplo acerca das necessidades básicas daquilo que envolve a realidade dos sujeitos, proporcionando maior proximidade com estes



indivíduos, criando um elo de confiança entre educadoras e educandos. Cabe, ainda, que o reconhecimento destas trabalhadoras, referente a importância da articulação de sua prática pedagógica junto aos equipamentos públicos e/ou privados, componentes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é essencial para que ocorra a integração social e fortalecimento da rede de atendimento intersetorial.

Conforme descrito pela Educadora B, o questionamento em torno da importância do reconhecimento profissional é algo presente no cotidiano destas trabalhadoras, onde enfatizam que “O educador social deve ser escutado; Todo o tempo o educador social precisa provar que sua atuação é importante; o maior desafio é poder desenvolver projetos com maior frequência nas famílias”.

A partir do discurso anterior, fica claro a existência das fragilidades presentes nas relações de trabalho, ansiando pela necessidade do reconhecimento frente aos demais campos de saberes multiprofissionais que estão envolvidas no programa, no sentido de valorização da categoria profissional, em relação ao seu protagonismo no atendimento às problemáticas existentes na realidade da população atendida.

A Educadora B aborda a relação de subalternidade existente na dinâmica de organização das relações de trabalho, onde a Educação Social não apresenta poder decisório na implementação de suas ações, que ficam dependentes de outras categorias profissionais componentes do programa. Para Del Roio (2007, p. 64) a origem histórica desta sujeição está associada ao rebaixamento dos sujeitos envolvidos ou determinadas classes sociais que, nesse caso, estão vinculados aos aspectos das relações de trabalho.

As Educadoras Sociais ratificam que esses conflitos, referente aos questionamentos elencados para melhorias nas relações de trabalho da Educação Social junto ao PPCAAM, foram sendo apontados pela Educadora A no sentido de “Melhorar a comunicação entre equipe (psicologia, serviço social e advogado) e educação social, entendendo os papéis de cada profissional na equipe multidisciplinar, sendo que o peso da voz do educador não seja caracterizado por pré-conceitos inerentes a ocupação profissional. Trazendo assim uma discussão equilibrada nas tratativas das experiências e olhares q o educador trás para equipe”. A Educadora B, complementa a argumentação de sua colega de trabalho, afirmando que “deveria existir maior autonomia, na ação com a família”.

Diante das exposições realizadas pelas entrevistadas, fica claro que não congregam com as orientações previstas no documento norteador do PPCAAM, descrevendo que as relações existentes entre Educador Social e demais profissionais da equipe de referência – assistente social, advogado ou psicólogo, deverão estar na mesma sintonia, contribuindo para o



desenvolvimento do estudo de caso e para elaboração de documentos que subsidiarão o acompanhamento. (BRASIL, 2016, p. 83).

Essa proximidade dialógica entre Educação Social e demais membros das equipes de trabalho é essencial para que novas estratégias de trabalho sejam aprimoradas, visando a superação das desigualdades existentes no cotidiano das crianças e adolescentes que estão envolvidas no contexto de letalidade infantojuvenil, haja vista as complexidades que permeiam seu dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da contextualização do referencial teórico, em torno da Educação Social, como procedimento inicial da pesquisa, principalmente, para reconhecimento das ações desenvolvidas pelas Educadoras Sociais, esclarecendo que é concebida pela sua natureza prática-teórica e que o campo da Pedagogia Social é dado como área de conhecimento científico que fundamentará seu exercício laboral.

As pesquisas referentes ao contexto do PPCAAM, na realidade do Estado do Paraná, objetivando o reconhecimento do exercício das Educadoras Sociais, é algo inovador, não apresentando referências específicas acerca da temática, algo que dificulta a fundamentação teórica em torno do reconhecimento do respectivo programa e de suas dimensões.

A etapa envolvendo a coleta de dados, por meio da entrevista semiestruturada, possibilitou o reconhecimento das demandas ansiadas pelas trabalhadoras do PPCAAM, que trouxeram algumas dificuldades, em caráter estrutural, como a subalternização dos demais membros da equipe multiprofissional em torno das Educadoras Sociais, que sentem a necessidade do reconhecimento de sua prática pedagógica.

Durante a pesquisa todos os objetivos propostos foram alcançados, reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido pela Educação Social junto ao cenário de crianças e adolescentes ameaçados de morte, necessitando que haja maior valorização destas trabalhadoras do campo dos direitos humanos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio dedicado pela orientadora da pesquisa, a professora doutora Paola Andressa Scortegagna, grande apoiadora e motivadora da temática, principalmente nos momentos de dificuldade, que acolheu a proposta e proporcionou todas as contribuições necessárias.



Sem palavras para agradecer o apoio dedicado pela coordenação do PPCAAM/PR e pelas Educadoras Sociais do programa, que colaboraram espontaneamente e dedicaram seu tempo, compartilhando suas experiências para a realização da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992. 211p.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 117 p. (Coleção Primeiros Passos, v. 203).

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Um novo olhar: Programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte – PPCAAM**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://cedecarj.files.wordpress.com/2017/10/livro-ppcaam-2c2aa-edic3a7c3a3o-2016.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Federal nº 9.579, de 22 de Novembro de 2018**: Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9579&ano=2018&ato=b8bIzZU9UeZpWTd4f>. Acessado em: 06 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte: PPCAAM**, Brasília, 2010. Disponível em: https://justica.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2017/07/ppcaam_livro_2010.pdf. Acessado em: 06 set. 2023.

BRASIL. Resolução no 9, de 15 de Abril de 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 Abr. 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2014/cnas2014-009-15-04-2014.pdf/download>. Acesso em: 25 mai. 2023.

DEL ROIO, M. Gramsci e a Emancipação do Subalterno. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 15, n. 29, p. 63-78, nov. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/SGm4TV8CbnyNpf5rrHCRs9h/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2023.

DÍAZ, A. S. Uma Aproximação à Pedagogia - Educação Social. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v.7, n. 7, p. 91-104, 2006. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/801>. Acesso em: 20 abr. 2023.



FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 97, n. 247, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVSPzTq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FREIRE, P. **A Pedagogia do Oprimido**. 54 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012. 253p.

FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

LOUREIRO, M.; CASTELEIRO, S. A Pedagogia Social em Portugal. In: SILVA, R.; NETO, C. S.; MOURA, R. A. (org.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2009. p. 83 - 93.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em: 30 set. 2022.

PAIVA, J. P. **Compreendendo as vivências e experiências produzidas na educação social de rua**: desvelamentos Pertinentes ao Educador Social de Rua. 2011. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//nometese_48_JACYARA%20SILVA%20DE%20PAIVA.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

PARANA. Decreto 6.489. Institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM/PR. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 16 mar. 2010. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=55442&indice=1&totalRegistros=1>. Acessado em: 08 set. 2023.

RIBAS MACHADO, E. **A Constituição da Pedagogia Social na Realidade Educacional Brasileira**. 2010, 242f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciência da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93844>. Acesso em: 25 fev. 2023.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-554, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/swDcnzst9SVpJvpx6tGYmFr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 ago. 2023.

UNICEF; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. [s. l], 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexualcontracrianças-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.